



**PROJETO DE LEI Nº 41 /2019**

Acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei nº 3.981, de 5 de outubro de 2001, que dispõe sobre o atendimento de clientes em estabelecimentos bancários do município.

A Câmara Municipal de Pará de Minas aprova a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam acrescentados ao art. 1º da Lei nº 3.891, de 5 de outubro de 2001, o seguintes §§

“§ 1º - O prazo de atendimento será de 30 (trinta) minutos quando o atendimento do cliente ser der em véspera de feriados prolongados ou no dia seguinte a esses feriados, nos dias de pagamento dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, ativos e inativos, e nos dias de recebimento de tributos municipais, estaduais e federais.

§ 2º - Os prazos máximos de atendimento levam em consideração o fornecimento regular dos serviços de energia elétrica, telefonia e transmissão de dados, essenciais à manutenção do ritmo normal das atividades bancárias.

§ 3º - Na falta de quaisquer dos serviços que impliquem em prejuízo para a prestação do serviço bancário, o prazo de atendimento do usuário será prorrogado pelo tempo necessário à restauração do referido serviço, cabendo ao estabelecimento bancário comprovar o prejuízo para a prestação do serviço bancário na hipótese de denúncia por descumprimento do prazo previsto neste artigo.

§ 4º - Os estabelecimentos bancários deverão colocar à disposição dos clientes pessoal suficiente para que o atendimento seja feito no prazo estabelecido.

§ 5º - Os estabelecimentos bancários deverão afixar, em local visível ao público, cartaz indicativo do tempo máximo para atendimento do usuário, conforme previsto nesta lei, bem como o número de telefone do estabelecimento e do telefone do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon local, cujas dimensões não poderão ser inferiores a 60 cm (sessenta centímetros) de altura por 50 cm (cinquenta centímetros) de largura.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 15 de março de 2019.

  
Vereador Márcio Eustáquio Rodrigues



*Lei 04/2001*

**LEI Nº. 3981/2001**

**Dispõe sobre o atendimento de clientes em Estabelecimentos  
Bancários do Município.**

A Câmara Municipal de Pará de Minas aprova a seguinte Lei, e eu em nome do povo a sanciono:

**Art. 1º.** – Ficam os estabelecimentos bancários que operam no Município, obrigados a atender cada cliente no prazo de 15 (quinze) minutos, contados a partir do momento em que ele tenha entrado na fila de atendimento.

**Art. 2º.** – Para comprovação do tempo de espera, o usuário apresentará o bilhete da senha de atendimento, onde constará, impresso mecanicamente, os horários de recebimento da senha e de atendimento.

**Parágrafo Único** – O estabelecimento bancário que ainda não faz uso do sistema de atendimento disposto no caput, fica obrigado a fazê-lo no prazo definido no regulamento desta Lei.

**Art. 3º.** – Cabe ao estabelecimento bancário implantar, no prazo de 90 (noventa) dias, os procedimentos necessários para o cumprimento do disposto no art. 1º..

**Art. 4º.** – As denúncias de descumprimento serão feitas ao Serviço de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON – Pará de Minas.

**Art. 5º.** – O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o estabelecimento infrator à aplicação das seguintes penalidades:

I – advertência;

*AP* *Carip*



II – multa de 5000 (cinco mil) Unidades Fiscais de Referência – UFIRs, na primeira reincidência;

III – duplicação do valor da multa, em caso de nova reincidência.

§ 1º. – Os valores advindos da aplicação desta Lei serão destinados à Secretaria de Ação Social e Trabalho, para compra de medicamentos, consultas e exames não fornecidos pelo SUS.

§ 2º. – O Secretário de Ação Social e Trabalho enviará trimestralmente à Câmara Municipal relatório detalhado constando as despesas inerentes aos procedimentos mencionados no parágrafo anterior.

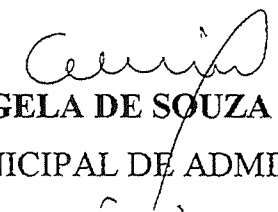
Art. 6º. – O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 7º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pará de Minas, 05 de outubro de 2001.

  
INÁCIO FRANCO

PREFEITO MUNICIPAL

  
GERALDO MAGELA DE SOUZA NICÁCIO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

V. Da. Ênio Talma F. de Rezende

## PROCURADORIA GERAL

**CMPM-PG 53 /2019**

**Parecer ao Projeto de Lei /2019, que “Acrescenta ao art. 1º da Lei nº 3.981/2001, que dispõe sobre o atendimento de clientes em estabelecimentos bancários do município.**

O Vereador autor, neste projeto de lei, flexibiliza o prazo de atendimento do cidadão pela agências bancárias, quando for vésperas de feriados e no dia seguinte a esse feriado, dias de pagamento de servidor público municipal, estadual e federal, considerando ainda o regular serviços de energia elétrica, telefonia, transmissão de dados, podendo ainda este prazo já alargado se prorrogado.

A Constituição Federal, determinou **competência exclusiva** da União par legislar sobre horário funcionamento de bancos, sistema financeiros etc, ou seja **é um poder indelegável** aos estados, distrito federal e municípios.

No entanto, **compete aos Municípios legislar** sobre horário de funcionamento do comércio local, e também **tempo de espera em fila, inclusive de bancos ou cartórios**, por se tratar de direito do consumidor;

Portanto, repita-se nada obsta que lei municipal possa definir tempo de espera em fila de bancos, restando ser observado de a competência é exclusiva ou concorrente no município, senão vejamos o que preconiza o art. 55 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 55 - São de **iniciativa exclusiva** do prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III - criação, estruturação e atribuições das secretarias ou equivalentes e órgãos da administração pública;

IV - matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

Parágrafo único - Não será admitido o aumento de despesa.

A matéria em discussão, como se vê, não se encontra no rol de competência exclusiva (indelegável) do executivo municipal, portanto e matéria de competência concorrente.




Câmara Municipal de  
**PARÁ DE MINAS**

Sobre competência residual , Hely Lopes ensina o seguinte:

**"Lei de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente, à iniciativa do Prefeito.** As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal. São, pois, de iniciativa do prefeito, como chefe do Executivo local, **os projetos de lei que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; o regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e os créditos suplementares e especiais.** Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental" ("Direito Municipal Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 15ª ed.p. 607).

Portanto não há dúvidas que a matéria é sim de iniciativa concorrente, e assim, a regulamentação de **tempo de espera em fila, inclusive de bancos** não encontra empecilho legal para proposição por vereador, pois não foi contemplada como matéria cuja a iniciativa é exclusiva do Poder Executivo, razão porque nos posicionamos pela legalidade da proposição.

Pará de Minas, 13 de junho de 2019.

  
Antônio Carlos Lucas  
Procurador Geral

  
Sheila Bastos Gomes  
Procuradora Adjunta